

O PAPEL DO ESTADO NA MITIGAÇÃO DE EFEITOS DA CRISE CLIMÁTICA E NA ELABORAÇÃO DE SAÍDAS QUE FORTALEÇAM A PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA

Elisiane Wolf de Fraga¹

RESUMO SIMPLES: Este trabalho visa elaborar como a crise climática impacta em diferentes situações do cotidiano – desde o mais simples até o mais complexo – e, com isso, pensar o papel do Estado, através de seu sistema de proteção social, como importante ator na mitigação de seus efeitos, bem como construindo possibilidades de outros tipos de futuro pautados por uma lógica democrática e coletiva. Enquanto os mais ricos são responsáveis por mais de 60% do aquecimento global por conta de seus hábitos de consumo e investimento, a maneira como são expostos a situações extremas a partir de eventos-produto e dos períodos de reconstrução e readaptação é muito menor, se em comparação com o restante da população, mostrando a face desigual e injusta da crise climática. Não havendo respostas fáceis, precisamos, cada vez mais, construir saídas cientificamente embasadas, garantidas de corporificação na realidade que vivemos através da instituição de políticas sociais públicas e fortes que atendam a população que mais dela precisa – seja na prestação de serviços, seja na condução de modificações estruturais do modelo de produção da vida, como na realização de escolha de modelos de transição energética justa e limpa. Somente assim poderemos pensar o contexto de desastres sendo confrontado e mitigado.

RESUMO EXPANDIDO: Falar sobre políticas públicas e sociais em contexto de crise climática é um desafio a cada palavra lançada, uma vez que, enquanto humanidade, corremos contra o tempo e este tem se provado cada vez mais avassalador. Em aspectos gerais, esgotamos os recursos disponíveis para um futuro sustentável. Isso significa que ultrapassamos os limites de regeneração dos distintos ecossistemas do planeta, agindo de maneira predatória e acelerando fenômenos climáticos e de alteração ambiental deformados, como é o caso do aumento da temperatura da Terra, do processo acelerado de degelo que eleva o nível dos oceanos, cenários de secas em determinados territórios e de inundações em outros, temperaturas extremas negativas e positivas, extinção de fauna, modificações na flora, aparecimento de epidemias e pandemias, entre outros.

Contudo, por mais que entendamos que esse debate deva ser apropriado pela classe trabalhadora, os teóricos liberais mascaram o tema, através de um processo ideológico, e constroem narrativas que visam culpabilizar os trabalhadores pelo processo de degradação da natureza, indicando, dessa forma, saídas individuais e efêmeras para problemas de maior envergadura. Exemplo disso é quando solicitam ao trabalhador que este faça uma redução de tempo no banho, a fim de evitar o desperdício, mas não alteram a lógica fabril que gasta mais de cinco mil (5.000) litros de água para produzir uma (1) única

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); trabalhadora na política de saúde do trabalhador com ênfase em mental em Porto Alegre e região metropolitana; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS (PPGPSSS) pesquisando a crise climática e os efeitos desta na saúde mental de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Contato em elisianewolf@hotmail.com.

calça jeans ou, ainda, quando gasta até quinze mil (15.000) litros de água para produzir um quilo (1kg) de carne bovina.

Essas alterações climáticas têm gerado importantes impactos na sobrevivência das e dos trabalhadores – seja pela esfera do consumo, seja pelo acometimento de eventos adversos. Quando pensamos o Brasil enquanto Estado-Nação e fruto do processo violento de colonização das Américas e do continente africano, conseguimos observar que há distinção na maneira em como os indivíduos passam por esse processo. Dizemos isso, pois a ideologia liberal prega que situações extremas do colapso climático chegam até todos de maneira igual, segundo eles, independentemente de classe social, gênero, raça, etnia, etc. Porém, munidos do método materialista-histórico-dialético, que indica a prática como critério da verdade, observamos que ainda que esses eventos possam, efetivamente, atingir a todos, não são todos que lidam cotidianamente com seus efeitos. Conforme Schöngart et al (2025), desde a década de 1990, os mais ricos são responsáveis por mais de 60% do aquecimento global por conta de seus hábitos de consumo e investimento, mas a maneira como são expostos a situações extremas a partir de eventos-produto e dos períodos de reconstrução e readaptação é muito menor, mostrando a face desigual e injusta da crise climática.

Quando falamos crise socioambiental estamos falando não apenas sobre grandes eventos que nos fazem pensar sobre o tema, mas também falamos sobre questões “satélite” que orbitam e são repercussões a este. Falar de crise ambiental é, necessariamente, falar sobre fome e soberania alimentar, sobre o predatismo do agronegócio, sobre o colonialismo e a resistência dos povos originários brasileiros – principalmente indígenas e quilombolas –, sobre a relevância das políticas sociais na produção do cuidado e no enfrentamento aos efeitos já vivenciados pela população, sobre a disputa ferrenha do fundo público, sobre modelos de produção e de consumo, sobre habitação, e, também, consequentemente, sobre a saúde das e dos trabalhadores.

Nesse sentido, entendemos que o atual contexto de constantes incertezas relacionadas ao porvir demandam coragem e comprometimento nosso, enquanto sociedade. Coragem, uma vez que o que se desenha como achados e como tendências não é algo agradável ou tranquilo; comprometimento, pois, para que haja mudanças efetivas, requer-se disciplina e rigidez quanto aos nossos objetivos e quanto aos enfrentamentos necessários para sua obtenção. A proteção social da classe trabalhadora brasileira e gaúcha vem sofrendo diversas modificações ao longo dos tempos, principalmente a golpes que conduzem a uma fragilização e a um consequente desmantelamento de direitos sociais conquistados através de muita luta. Todavia, a crise climática traz a nu a imperativa exigência de fortalecimento dos sistemas de proteção social compostos por políticas de saúde, trabalho, previdência, educação, assistência, habitação,

alimentação, entre outros, sendo ofertados de forma pública, gratuita e de qualidade, uma vez que a relação ser humano-natureza vem gerando cada vez mais insegurança social.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é elaborar como a crise climática impacta em diferentes situações do cotidiano – desde o mais simples até o mais complexo – e, com isso, pensar o papel do Estado, através de seu sistema de proteção social, como importante ator na mitigação de seus efeitos, bem como construindo possibilidades de outros tipos de futuro. Inicialmente, observamos, através de análise de documentos públicos e de materiais jornalísticos, que no estado do Rio Grande do Sul as políticas relacionadas ao trabalho, à saúde e à assistência da população afetada e atingida pelos fenômenos climáticos têm se mostrado cada vez mais quebradiças e vulneráveis, pois o Estado tem atuado como salvaguardas de gestões empresariais, negligenciando que os problemas de colossal envergadura só podem ser superados se voltados para quem trabalha e organizados pelo poder público que, direta e indiretamente, tem papel fundamental na continuidade ou na interrupção dos ciclos de devastação ambiental. Nisso, vê-se como produto perverso da fragilização das políticas os descontos a trabalhadores impossibilitados de trabalhar em período de enchente, demissões relacionadas à diminuição de quadro, suspensões de contrato, adoecimentos de ordem psíquica referentes aos eventos climáticos, mas também dos contextos laborais, piora das condições de vida da classe trabalhadora no que diz respeito aos seus acessos básicos, como alimentação, escolaridade, transporte público e derivados.

Não havendo respostas fáceis para o atual momento, precisamos, cada vez mais, construir saídas que sejam coletivas e cientificamente embasadas, garantidas de corporificação na realidade que vivemos através da instituição de políticas sociais públicas e fortes que atendam a população que mais dela precisa – seja na prestação de serviços, seja na condução de modificações estruturais do modelo de produção da vida, como na realização de escolha de modelos de transição energética justa e limpa. Somente assim poderemos pensar o contexto de desastres sendo confrontado e mitigado sob uma perspectiva democrática.

REFERÊNCIAS

SCHÖNGART, S., NICHOLLS, Z., HOFFMANN, R. et al. High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide. *Nat. Clim. Chang.* (2025). <https://doi.org/10.1038/s41558-025-02325-x>